



UM CONVITE AO NOVO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ESTUDANTES COM TEA

Maria do Carmo Ferreira Gomes¹

RESUMO

Este artigo investiga estratégias pedagógicas inovadoras para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), buscando promover uma educação mais inclusiva e eficaz. A pesquisa baseia-se em uma revisão sistemática da literatura e na análise de práticas pedagógicas contemporâneas, destacando abordagens que vão além do modelo tradicional de ensino. Do ponto de vista metodológico, o estudo identifica a necessidade de flexibilidade nas práticas pedagógicas, reconhecendo as diversas formas de aprendizado dentro do espectro autista. Os resultados indicam que se deve dar importância para a personalização do currículo para atender às necessidades específicas de cada aluno com TEA, considerando suas habilidades, interesses e desafios.

Palavras-chave: Aprendizagem; Educação Inclusiva; Práticas Pedagógicas; TEA.

ABSTRACT

This article investigates innovative pedagogical strategies for students with Autism Spectrum Disorder (ASD), seeking to promote a more inclusive and effective education. The research is based on a systematic review of the literature and the analysis of contemporary pedagogical practices, highlighting approaches that go beyond the traditional teaching model. From a methodological point of view, the study identifies the need for flexibility in pedagogical practices, recognizing the various forms of learning within the autism spectrum. The results indicate that importance should be given to customizing the curriculum to meet the specific needs of each student with ASD, considering their abilities, interests, and challenges.

Keywords: Learning; Inclusive Education; Pedagogical Practices; ASD.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar norteadada a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), compreende a escola como sendo um espaço fundamentado na concepção de direitos humanos, propiciando o desenvolvimento social e educacional de todos os envolvidos. O

¹ Graduada no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará - UFPa em novembro de 1992 com diploma registrado sob o número 1402, Livro 1BLPE2/1, Folha No02, em 06/11/1992. Habilitação em Administração Escolar averbada em 07/12/1999 pelo DERCA - UFPa. Especialização lato sensu em Alfabetização pela PUC - MG em junho de 1997, com certificado registrado sob o número 8231, Livro 03, folha 14v em 16/09/1997



movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, cujo foco é o de possibilitar o direito de todos os alunos conviverem aprendendo os conteúdos historicamente construídos e participando de maneira igualitária do espaço escolar.

A inclusão é um direito que toda pessoa com deficiência tem, principalmente quando está relacionado ao contexto educacional, exigindo a promoção de estratégias diversificadas de acolhimento dos alunos pelo professor e a transformação da escola num ambiente inclusivo, cooperativo e solidário.

Após vigorar a lei de inclusão, verificou-se um crescimento nas taxas de alunos incluídos em escolas de ensino regular. Estudos realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2014) revelam um aumento considerável nas matrículas de crianças com deficiência no Brasil, sendo que este número cresceu de 23% no ano de 2003, para 81% no ano de 2015. Neste processo, crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), matriculadas em escolas comuns, são cada vez mais frequentes, sendo que estudos vêm reconhecendo essa prática como sendo realizável e possível (Lemos et al., 2016).

Nesta perspectiva, evidencia-se que os docentes devem estar pautados em teorias e metodologias que venham favorecer a aprendizagem dos estudantes com TEA, sobretudo, ter conhecimento sobre o autismo, evidenciando assim formas diversificadas para que o discente tenha êxito no processo de ensino e aprendizagem.

Diante disso, objetiva-se com o presente estudo almeja investigar estratégias pedagógicas inovadoras para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), buscando promover uma educação mais inclusiva e eficaz. Em síntese, este artigo propõe um convite à inovação nas práticas pedagógicas, enfatizando a necessidade de abordagens personalizadas para alunos com TEA. A pesquisa contribui para o avanço na compreensão de como criar ambientes educacionais mais inclusivos e eficazes, proporcionando oportunidades igualitárias para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades individuais.



UM PONTO DE PARTIDA

A razão inicial para a realização desta investigação emana de vivências didático pedagógicas e inquietudes ao longo do percurso da minha docência na educação especial. Em todo este período, tenho percebido a angústia dos professores do ensino regular em relação a sua prática pedagógica no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com o transtorno de espectro autista.

De acordo com Papim e Sanches (2013) para que a educação das crianças com autismo tenha resultados significantes, torna-se necessário que a metodologia de ensino seja adequada para atender a diversidade que há nas salas de aula. Assim sendo, é indispensável que o professor do ensino comum conheça todas as características e dificuldades que abrangem o TEA, só assim ele será capaz de planejar suas ações de modo que no vivenciar das experiências, a criança não seja vítima de atos discriminatórios e desenvolva a aprendizagem significativa. Para Santos e Martins (2015, p. 2):

[...] na escola atual, as práticas devem atender à diversidade da turma, independentemente da existência de alunos com deficiência ou não. Daí os procedimentos pedagógicos precisam ter um caráter flexível, diversificado, que envolvam todos os alunos da sala de aula, sem exceção (SANTOS; MARTINS, 2015, p. 2).

Sendo assim, justifica-se este estudo que irá evidenciar a prática desenvolvida pelos professores da sala comum no processo de ensino e aprendizagem desses alunos, contribuindo para a reflexão sobre a práxis desenvolvida pelos professores e para o avanço do conhecimento sobre o tema em foco. Também servirá para os futuros acadêmicos que pensam em seguir nesta perspectiva, assim como para a sociedade, com informações e reflexões. Além disso, poderá servir de auxílio para as escolas que possuem estudantes com TEA, valorizando a abordagem pedagógica no atendimento dos mesmos.

PRÁTICAS INCLUSIVAS E O TEA

A inclusão escolar norteada a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), compreende a escola



como sendo um espaço fundamentado na concepção de direitos humanos, propiciando o desenvolvimento social e educacional de todos os envolvidos. O movimento global pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, com a finalidade de possibilitar o direito de todos os estudantes conviverem aprendendo os conteúdos historicamente construídos e participando de maneira igualitária do contexto educacional.

Segundo Mantoan (2006), a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora que atende a todos, respeitando o aluno em suas diferenças e potencializando suas habilidades, de modo que a escola deva formar gerações mais preparadas para viver a vida em sua plenitude, com liberdade, sem preconceitos e sem barreiras. De acordo com Barbosa, Fialho e Machado (2018, p. 6):

O movimento mundial pela inclusão escolar conduziu o debate sobre a Educação Especial ao questionamento dos modelos de normalização de ensino e de aprendizagem, geradores de exclusão nos espaços escolares regulares sob o símbolo da integração instrucional, que instituíam “classes especiais” na rede regular de ensino, notadamente no sistema público (FIALHO; MACHADO, 2018, p. 6).

É válido enfatizar que segundo a LDB, em seu capítulo V, Artigo 58 “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2013, p. 33).

Embora a LDB venha reafirmando os direitos de igualdade, se faz necessário a criação de mais medidas para que o processo de inclusão dos alunos seja mais efetivo, e mediante esta necessidade instituiu-se em 2015 a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, Brasil (2016, p. 10) realçar no Art.1º que a Lei é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. Para Brasil (2016, p. 15) a referida lei, traz em seu texto, no Art.2 que a pessoa com deficiência é:



Aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2016, p. 10).

Sendo assim a permanência escolar é um ponto que também deve ser analisado, visando desenvolver estratégias que possibilitem o desenvolvimento dos alunos com deficiência, como menciona Franco e Gomes (2020, p. 195) essa permanência deve ser trabalhada de modo que favoreça o desenvolvimento de todos os alunos, além disso, a escola deve proporcionar “a compreensão das ações educacionais inclusivas para os alunos à margem do processo de ensino e aprendizagem e que não são contemplados como público-alvo da inclusão”.

Incorporada à educação inclusiva segundo as políticas educacionais atuais, encontra-se o público-alvo da educação especial (PAEE), considerando-se as pessoas com deficiência intelectual, física, visual, auditiva e múltipla, alunos com transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação.

Neste cenário, destaca-se o aluno com Transtorno de Espectro Autista – TEA, que se caracteriza pela presença de um desenvolvimento acentuadamente atípico na interação social e comunicação, assim como pelo repertório marcado por restrições em atividades e interesses. Para Apa (2014), o autismo é compreendido como um espectro que abrange uma variedade de manifestações referentes às limitações sociais, comunicacionais e comportamentais, com diferentes níveis de gravidade. Tais características podem levar a um isolamento contínuo da criança e sua família. Entretanto, para Camargo e Bosa (2009) a inclusão escolar de alunos com TEA oportuniza a interação com as demais crianças criando um espaço de aprendizagem e de desenvolvimento.

Castro e Alves (2018) deixam claro que os alunos com necessidades especiais passaram a frequentar o mesmo ambiente educacional, e as escolas passaram a atendê-los como a todos os alunos, isso de acordo com as suas especificidades e/ou necessidades.

Com a integração de crianças com deficiência nas classes comuns, houve a necessidade de mudanças de atitudes do professor do ensino comum, segundo Barros, Silva e Costa (2015) essas mudanças de comportamento de forma que contemplem as especificidades dos alunos com deficiência. Assim, os



docentes passam a ter acréscimo de responsabilidades que advêm da necessidade de dar respostas, em termos educativos, a alunos ditos diferentes, como menciona Schroeider (2019, p. 578) além de responsabilidade o professor precisa ter o compromisso com o aluno, “dando apoio, não somente nos conteúdos de natureza cognitiva, mas também, para que este se torne um cidadão participativo na sociedade como um todo”.

No processo de inclusão escolar do estudante com TEA é de suma importância a participação de todos, seja de forma direta ou indireta, na busca de atender às necessidades desses alunos. Logo, para Bartoszeck e Grossi (2018, p. 50):

[...] os professores precisam estar preparados para lidar com alunos com TEA, proporcionando através de estratégias pedagógicas específicas a Educação Inclusiva para a promoção do desenvolvimento dos alunos autistas, que embora apresentem determinados distúrbios, são capazes de desenvolver muitas habilidades (BARTOSZECK; GROSSI, 2018, p. 50).

Portanto, é preciso repensar o papel das escolas, a atuação do professor, pois na inclusão de alunos com autismo, o professor servirá como referência durante o percurso escolar, inicialmente será necessário estabelecer um vínculo significativo com o aluno. De acordo com Costa (2017, p. 25):

O papel do educador é intervir nas atividades que o aluno ainda não tem autonomia para desenvolver sozinho, ajudando o estudante a se sentir capaz de realizá-las. É com essa dinâmica que o professor seleciona procedimentos de ensino e de apoio para compartilhar, confrontar e resolver conflitos cognitivos. Porém, a formação e a aquisição de conhecimentos sobre a educação inclusiva são imprescindíveis para fundamentar a prática pedagógica dos professores (COSTA, 2017, p. 25).

O professor regente do ensino comum deve atuar como facilitador no processo de inclusão, e para tanto, precisa conhecer os elementos necessários para atuação com seu aluno que tem deficiência, a fim de identificar as suas especificidades e seu potencial de desenvolvimento, para, então, poder desenvolver atividades mais eficazes, contribuindo para que esse aluno atinja um nível mais elevado de desenvolvimento e se beneficie do processo de inclusão. Segundo Sasaki (2002, p. 22).



O professor inclusivo prepara suas aulas e desenvolve suas atividades em sala de aula, respeitando a diversidade humana e as diferenças individuais de seus alunos. Acrescentando a isto o cuidado de propiciar condições para o atingimento dos objetivos individuais, o professor leva em consideração também a participação ativa dos alunos em todos os aspectos da vida escolar (SASSAKI, 2002, p. 22).

Não existirão estratégias pedagógicas perfeitas se o professor não estiver envolvido e preparado para receber esses alunos com afetividade. O olhar do professor deve ter como foco o aluno e não somente a condição dele.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza por uma abordagem qualitativa, que permitirá a percepção, a compreensão e a descrição do fenômeno em estudo, proporcionando um entendimento profundo das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes do ensino regular, no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com o Transtorno de Espectro Autista – TEA.

Segundo Campoy (2019, p.264) o “objetivo de la investigación cualitativa se enfoca en la comprensión del fenómeno social desde la perspectiva de los participantes, donde la participación del investigador y su relación con el fenómeno es fundamental”.

Neste contexto, a pesquisa qualitativa representa o percurso ideal para compreender o significado e a intencionalidade das falas, vivências, valores, percepções, desejos, necessidades e atitudes dos participantes deste estudo.

Para se obter um resultado satisfatório será aplicado o método fenomenológico que se preocupa em descrever e explicar o fenômeno em questão, em seu ambiente natural, no momento da sua ocorrência, buscando compreender as suas características. Segundo Campoy (2018, p. 267) “La fenomenología como método se define como ciencia descriptiva, rigurosa, concreta, que muestra y explica el ser en sí mismo, que se preocupa por la esencia de lo vivido”. Portanto, a fenomenologia visa a descrever e apreender os fatos de forma consciente e rigorosa, sem interferir na opinião dos participantes.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abraçar práticas pedagógicas inovadoras, personalizadas e inclusivas, este convite ao novo representa não apenas uma mudança no paradigma educacional, mas também uma oportunidade para proporcionar experiências de aprendizado mais significativas e equitativas.

Os resultados evidenciam a importância de reconhecer a diversidade dentro do espectro autista e adaptar as estratégias pedagógicas de acordo. Ao incentivar a flexibilidade no currículo e adotar tecnologias educacionais, o convite ao novo destaca a capacidade de criar ambientes de aprendizado mais acessíveis, nos quais cada estudante com TEA pode desenvolver suas habilidades de maneira única.

Além disso, a pesquisa sublinha a necessidade crítica de investir em formação contínua para os educadores, capacitando-os a implementar efetivamente essas práticas pedagógicas inovadoras. A conclusão do estudo ressalta que o compromisso com o novo implica não apenas em ajustes no ensino, mas também em uma mudança mais profunda na percepção e na atitude em relação aos alunos com TEA, promovendo uma educação que respeite a individualidade, celebre a diversidade e promova o pleno desenvolvimento de cada estudante, independentemente de suas características neuroatípicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. D. L. PRÁTICA DOCENTE PARA O ENSINO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. **Revista Multidisciplinar Do Nordeste Mineiro**, 4(1), 2023. Recuperado de <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/1275>

ALVARENGA, E. M. de. **Metodologia da investigação: quantitativa e qualitativa**. Normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos. 2ª edição. 3ª reimpressão. Versão em português: Cesar Amarelhas. Assunção, Paraguai. 2019.



APA. Associação Psiquiátrica Americana. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 948 p. Título original: Diagnostic and statistical manual of mental disorders.

BARBOSA, D. S., FIALHO, L. M. F.; MACHADO, C. J. S. Educação inclusiva: aspectos históricos, políticos e ideológicos da sua constituição no cenário internacional. **Revista Electrónica “Actualidades Investigativas en Educación”**, 18(8), pp. 1-20, 2018. DOI: <https://doi.org/10.15517/aie.v18i2.33213>

BELO, D. B. D. A. **Percepção dos professores do ensino fundamental sobre as práticas pedagógicas docentes na inclusão de alunos com transtorno do espectro autista** (Doctoral dissertation). 2022.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 8 ed. Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 45p, 2013.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Comentada / Joyce Marquezin Setubal, Regiane Alves Costa Fayan (orgs.)**. Campinas: Fundação FEAC, 2016. Recuperado de <https://www.feac.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Lei-brasileira-de-inclusao-comentada.pdf>.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. In: **Psicologia e Sociedade**; v. 21, n.1, p. 65-74, 2009.

CAMPOY, A. T. J. **Metodología de la Investigación Científica**. Manual para elaboración de Tesis y trabajos de Investigación. Asunción, Paraguay: Marben, 2019.

CASTRO, P. A.; ALVES, C. O. S. Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas. **Revista multidisciplinar de ensino, pesquisa, extensão e cultura**



do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues, 7(16), pp. 3-25, 2018. DOI: 10.12957/e-mosaicos.2018.38786

COSTA, D. C. **Concepção dos docentes sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular** (Monografia de graduação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil. 2017. Recuperado de <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/4126/1/DCC14032018.pdf>

DE ARAÚJO, J. C., DA SILVA DIAS, L., DA COSTA, T. R.; DO NASCIMENTO, J. L. N. A prática docente e o aluno com autismo. **Desafios e Práticas Pedagógicas no Contexto Amazônico**, Volume, 31., 2023.

DE OLIVEIRA, J. F. L. Processos inclusivos na educação: reflexões atuais sobre práticas pedagógicas e alunos com Transtorno do Espectro Autista-TEA. **Avances de investigación**, 10(1), 11-37, 2023.

FIGUEIREDO, A. D. R.; CARDOSO, B. K. Q. Educação inclusiva no ensino de Ciências para alunos autistas: experiências de professores em escolas públicas de Valença do Piauí-PI. **Devir Educação**, 8(1), e-812, 2024. <https://doi.org/10.30905/rde.v8i1.812>

FRANCO, R. M. S.; GOMES, C. Educação inclusiva para além da educação especial: Uma revisão parcial das produções nacionais. **Rev. Psicopedagogia**, Vol. 37, Núm. 113, p. 194-207, 2020. <http://dx.doi.org/10.5935/0103-8486.20200018>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MANTOAN, M. T. **E Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

PAPIM, A. A. P.; SANCHES, K. G. **Autismo e Inclusão**: levantamento das dificuldades encontradas pelo professor do atendimento educacional especializado



em sua prática com crianças com autismo. p.84. Monografia (Especialização) – Centro Universitário Católico Salesiano. 2013.

PEREIRA, L. H. T. **A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista no ambiente escolar:** práticas desenvolvidas pelos professores nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 2019.

SANTOS, T. C. C. DOS; MARTINS, L. DE A. R. Práticas de professores frente ao aluno com deficiência intelectual em classe regular. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 3, p. 395-408, 2015.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

SCHROEIDER, C. F. A. A importância da afetividade no processo de ensino-aprendizagem. **Educar FCE**, 18(1), pp. 570-581, 2019.

WEIZENMANN, L. S., PEZZI, F. A. S.; ZANON, R. B. **Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes.** Psicologia Escolar e Educacional, 24, 2020.